

Prazo do Bolsa Família extrateto gera impasse

Congresso se divide sobre PEC que prevê retirar programa das regras fiscais em definitivo

» TÁISA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

Integrantes da base do governo Bolsonaro sinalizaram estar dispostos a apoiar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, mas apontaram resistências a pontos da minuta do texto, apresentada ao Congresso Nacional na noite de quarta-feira. O líder do governo Bolsonaro no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), disse que é "difícil" respaldar a exclusão do Bolsa Família do teto de gastos.

"Estamos dispostos a dialogar para ter o Auxílio Brasil no valor de R\$ 600. É um ponto de convergência entre os parlamentares. Mas é difícil ser extrateto — e por um período de quatro anos — por conta da responsabilidade fiscal. Não adianta dar o aumento e causar inflação, crescimento dos juros. Tudo isso vai corroer o valor de compra. Ou seja, não haverá ganho", argumentou Portinho, em comunicado à imprensa. À PEC, no entanto, visa tirar definitivamente o Bolsa Família do teto, e não apenas por quatro anos.

Em busca de construir um texto com boas possibilidades de aprovação, a cúpula do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) procura integrantes da base do atual governo para chegar a um consenso. O líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PA), teria sugerido a Portinho uma reunião.

O senador bolsionista, porém, voltou a dizer que a PEC "não pode ser um cheque em branco", mas afirmou estar disposto a negociar sobre o aumento real do salário mínimo. "No entanto, precisamos de um ministro para avaliar os impactos de todas essas propostas para saber como acontecerá a recuperação ao longo do ano", acrescentou.

Excluir o Bolsa Família em definitivo do teto de gastos não é unanimidade nem mesmo entre aliados. A senadora Simone Tebet (MDB-MS), por exemplo, se mostrou contrária à medida. Também existe resistência na inclusão do bônus de R\$ 150 por criança de até 6 anos.

O senador eleito Wellington Dias (PT-PI), que integra o Conselho Político de Transição, informou que há, no Congresso, pelo menos três posicionamentos a



Líder do governo no Senado, Carlos Portinho se disse disposto a negociar benefício de R\$ 600, mas sem extrateto

Despesa de R\$ 175 bilhões

O Orçamento de 2023 já tem R\$ 105 bilhões previstos para bancar o Auxílio Brasil — futuro Bolsa Família — mas no valor de R\$ 400. Para manter os R\$ 600 pagos atualmente e acrescentar R\$ 150 por criança de até 6 anos — promessa de Lula — serão necessários mais R\$ 70 bilhões.

Enio Verri (PT-PR), deputado

respeito do texto. "Temos a posição da PEC original, sustentada por vários parlamentares, de que, em se tratando de um programa permanente o Bolsa Família, não há por que ter um embute, uma tensão todo ano para decidir. Essa é a razão de excepcionalizar sem o mandato, de forma permanente", salientou.

Outra vertente identificada por Dias é de congressistas que defendem o benefício extrateto somente até o fim do governo de Lula. "Nesse caso, acreditando que durante o mandato se vai encontrar uma alternativa

relacionada à sustentabilidade, não só do Bolsa Família, mas também em relação à própria política fiscal, de controle das despesas", comentou.

O terceiro grupo, na visão do senador eleito, é o daqueles parlamentares que pregam a validade da proposta apenas por um ano. "Isso pode criar um tensionamento. Temos excepcionalidades para a dívida, queremos dar excepcionalidade para os mais pobres, e aqui seria uma alteração somente para o Bolsa Família", frisou.

O deputado federal Enio Verri

(PT-PR), membro da equipe de Planejamento da Transição, não acredita em dificuldade de aprovação da PEC, "porque o conjunto dos deputados vê com bons olhos o Bolsa Família". A maior questão não será o valor nem a excepcionalidade, mas o prazo pelo qual valerá: indeterminado versus quatro anos. O segundo, até outro debate, é o destino dos R\$ 105 bilhões, ressaltou, referindo-se ao montante que se **abrirá no Orçamento** — o gasto com o programa for excluído do teto.

Ele destacou que as mudanças propostas pela PEC — especialmente em relação à priorização das verbas para manutenção dos programas sociais — precisariam ser debatidas qualquer que fosse o governo eleito. "Se fosse outro presidente, teria de ser feita exatamente a mesma coisa. Ou em janeiro pagariam só R\$ 405 do Bolsa Família? As farmácias populares seriam extintas? Não se trata de ser um governo ou o outro. É que a peça orçamentária é o caso", criticou. "Ou nós fazemos essa PEC da Transição e criamos mínimas condições, ou a crise social que teremos a partir de janeiro será grave", alertou.

Metas para os primeiros 100 dias

» HENRIQUE LESSA
» VICTOR CORREIA
» VINICIUS DORIA

O Conselho Político de Transição, composto por 14 partidos que apoiam o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, fez a segunda reunião, ontem, e anunciou a ampliação do escopo de trabalho dos grupos temáticos para incluir o planejamento e a sugestão de medidas para os 100 primeiros dias do novo governo, que tomará posse em 1º de janeiro.

"Vamos aproveitar toda essa inteligência que está mobilizada na transição para também preparar o início do governo, e isso não estava previsto", disse o representante do PDT no conselho, deputado Welney Queiroz (PE), líder da oposição na Câmara.

O conselho político também decidiu indicar, no mínimo, dois parlamentares da base de apoio para cada um dos grupos técnicos da transição. A ideia é relacionar os projetos e trabalhos no Congresso com os debates de cada área temática e, assim, subsidiar as propostas para os primeiros meses do governo de Lula. Os partidos também devem mapear tanto no Senado como na Câmara os projetos em

Maria Ramos/Câmara dos Deputados



Queiroz: inteligência mobilizada na transição vai preparar medidas

tramitação que podem ser aprovados para facilitar a vida do presidente eleito.

O encontro que ocorreu na sede do gabinete de transição, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), desta vez, teve a participação do vice-presidente

eleito Geraldo Alckmin (PSB), mas, novamente, não registrou a presença de representantes do MDB, partido da senadora Simone Tebet (MS).

A reunião foi aberta por Alckmin, que começou falando sobre a Proposta de Emenda à

Constituição (PEC) da Transição. Segundo participantes do encontro, o vice eleito está otimista quanto à receptividade da proposta, que não deve enfrentar muitas reações no Parlamento. O principal debate se dará em torno do prazo de validade da exclusão dos recursos do Bolsa Família da Lei do Teto de Gastos. O texto-base propôs que a exclusão seja definitiva, mas parlamentares da base avaliam que esse item pode sofrer negociações até a aprovação da PEC.

A próxima reunião do Conselho Político está marcada para quarta-feira da semana que vem, quando deve se ter o desenho final do gabinete de transição e definição das rotinas de trabalho.

Na última terça-feira, o presidente do União Brasil, deputado Luciano Bivar (PE), foi à sede do gabinete de transição para conversar com o presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR). Interlocutores indicaram que as conversas entre os dois foram muito promissoras. A expectativa é de que partidos que ainda não integram a base do governo eleito, como o próprio União Brasil, o PP e até mesmo o Republicanos — que serão convidados — participem da reunião.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 2 e 3